Universidades Lusíada

Carvalho, Helena M.

Desigualdades sociais e estratégias de sobrevivência em grupos especialmente vulneráveis

http://hdl.handle.net/11067/6573
https://doi.org/10.34628/ypa0-r252

Metadados

Data de Publicação 2021

Resumo O presente trabalho teve como finalidade aprofundar o conhecimento sociológico acerca das desigualdades sociais em grupos socialmente vulneráveis, mais concretamente nos concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. No que diz respeito à abordagem metodológica, optou-se pela investigação quantitativa e qualitativa. Num primeiro momento, foi aplicado um inquérito por questionário, procedendo-se ao tratamento e análise de dados através do software SPSS. Posteriormente, foram selecionadas a...

This work aimed to deepen the sociological knowledge about social inequalities in socially vulnerable groups, more specifically in Cabeceiras de Basto and Celorico de Basto. In what concerns the methodological approach, it was chosen the quantitative and qualitative investigation. First, it was applied a questionnaire survey, whose data was processed and analyzed through the SPSS software. Afterwards, some people were selected in order to obtain more detailed information through biographical gat...

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-ISSSL] IS, n. 57-58 (2021)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-26T19:23:13Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

DESIGUALDADES SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA EM GRUPOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS

SOCIAL INEQUALITES AND SURVIVAL STRATAGIES IN PARTICULAR VULNERABLE GROUPS

Helena M. Carvalho

Professora Convidada no Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro

Doutora em Sociologia, pela Universidade do Minho

Licenciatura e Mestrado em Serviço Social e Licenciatura em Educação Social

ORCID ID: 0000-0002-5068-0281

DOI: https://doi.org/10.34628/ypa0-r252

Data de submissão / Submission date: 28.04.2021

Data de aprovação / Acceptance date: 30.09.2021

Resumo: O presente trabalho teve como finalidade aprofundar o conhecimento sociológico acerca das desigualdades sociais em grupos socialmente vulneráveis, mais concretamente nos concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. No que diz respeito à abordagem metodológica, optou-se pela investigação quantitativa e qualitativa. Num primeiro momento, foi aplicado um inquérito por questionário, procedendo-se ao tratamento e análise de dados através do software SPSS. Posteriormente, foram selecionadas algumas pessoas com vista à obtenção de informação mais aprofundada através da recolha biográfica a beneficiários/clientes dos diferentes tipos de apoios/respostas sociais. Por fim, como forma de complementar as informações obtidas, realizaram-se entrevistas semi-diretivas a técnicos de acompanhamento. Após a realização das mesmas, procedeu-se à análise de conteúdo de todas as entrevistas realizadas. Após esta fase, foi feita a análise e interpretação dos dados recolhidos, permitindo-nos perceber que os indivíduos de grupos sociais vulneráveis têm vindo a melhorar as suas condições de vida ao longo dos anos, tanto pelo que é permitido pelas políticas em vigor, assim como pelas próprias mudanças ao longo das gerações. No entanto, isso acontece sem alterações de longo alcance. Deste modo, é fulcral o acompanhamento das equipas de intervenção social para a capacitação dos grupos que enfrentam situações de pobreza e exclusão social, contribuindo assim para a diminuição das desigualdades e emancipação dos indivíduos e famílias.

Palavras-chave: Apoios sociais; Desigualdades sociais; Exclusão Social; Pobreza; Respostas Sociais.

Abstract: This work aimed to deepen the sociological knowledge about social inequalities in socially vulnerable groups, more specifically in Cabeceiras de Basto and Celorico de Basto. In what concerns the methodological approach, it was chosen the quantita-

tive and qualitative investigation. First, it was applied a questionnaire survey, whose data was processed and analyzed through the SPSS software. Afterwards, some people were selected in order to obtain more detailed information through biographical gathering to beneficiaries/clients of the different kind of social support/responses. Finally, as a way to supplement the obtained information, some semi-guided interviews were performed to support experts. After these interviews, all content was analyzed. After this stage, it was done the analysis and interpretation of the collected data, which allowed to understand that the individuals from vulnerable social groups have been improving their conditions of life throughout the years, both allowed by the prevailing policies, as well as the changes over the generations. However, in a wide-range, that remains the same. Consequently, it is crucial to monitor the social intervention teams for the enablement of the groups that face poverty and social exclusion situations, thus helping the reduction of the inequalities and empowerment of the individuals and families.

Keywords: Poverty; Social Exclusion; Social Inequalities; Social Responses; Social Support.

Introdução

Ao longo dos anos, como tentativa de minorar as situações de pobreza e exclusão social, têm sido implementados mecanismos de apoio e monitorização na medida do que as políticas públicas permitem. Nesse sentido, propusemo-nos a realizar a investigação: "Desigualdades Sociais e Grupos Sociais Vulneráveis - Sociedade, Políticas e Estratégias de sobrevivência em Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto". Por entendermos que as situações de desigualdade, de pobreza e/ou exclusão social deveriam preocupar toda a população em geral e não apenas aqueles/as que se reveem nessa condição, aqueles/as que lidam com essa problemática no âmbito da sua atividade profissional e os nossos representantes políticos. Uma vez que esta problemática não afeta apenas os indivíduos que procuram um serviço ou uma resposta social, mas também intervenientes diretos e indiretos da comunidade em geral.

Pobreza, desigualdades sociais, exclusão social e espaço social

A pobreza, pelo menos em termos absolutos e económicos, é a forma mais extrema da desigualdade social e é a manifestação máxima e visível da extensão do fosso entre classes/grupos sociais (Silva, 2008: 137), constituindo a forma mais visível da exclusão social. De difícil definição, sabe-se que a pobreza deve ser avaliada conforme a época e o lugar em correlação com padrões médios de vida, que variam de sociedade para sociedade (Almeida, Capucha e Costa *et. al*, 1994; Costa, 1998, 2012; Paugam, 2003; Silva, 2009). A situação de pobreza implica a ausência e privação de recursos materiais, assim como a privação de liberdades e de direitos fundamentais à condição dos cidadãos/ãs (Sen, 2003, Silva, 2009; Costa, 2012).

Por sua vez, as desigualdades são um aspeto estruturante e transversal de todas as sociedades. São múltiplas e complexas, em processo constante de mudança, extinguindo-se ou esbatendo-se umas e surgindo ou acentuando-se outras, transformando-se em termos de intensidade, escala e significado social. Interligam-se entre si, de diferentes modos, assim como se interligam com muitos outros fenómenos sociais, não nos sendo, por isso, totalmente estranhas (A. F. Costa, 2012). As desigualdades sociais apenas deveriam ser praticadas se, em algum momento, uma distribuição desigual de algum valor social, ou até mesmo de todos os valores sociais, resultasse no benefício de todos os indivíduos de uma determinada sociedade, o que não se constata, gerando momentos de luta por parte das classes, e consequentes exigências de cidadania e justiça social (Rawls, 1993). Hoje, este mal-estar social está muito associado às crescentes dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, sobretudo a empregos estáveis; à frustração decorrente do progressivo desgaste das garantias quase automáticas de *status* que estão associados ao diploma; e ao receio dos custos pessoais elevados para os agregados familiares, receio esse sentido sobretudo pelos progenitores (A.F. Costa, 2012).

Como observa Silva (2009), o conceito de desigualdades sociais deve prevalecer analiticamente sobre o de exclusão social, na medida

que é mais abrangente e claro em relação à exclusão social. Quanto à forma de estar e de viver a exclusão social dependerá de caso para caso (Xiberras, 1993), assim como a forma de medir as desigualdades sociais dependerá de contexto para contexto (A. F. Costa, 2012). Pobreza, desigualdades sociais e exclusão social são três conceitos que se correlacionam, contudo não são sinónimos. Há formas de exclusão social que não implicam pobreza nem desigualdades sociais, "assim como podem existir situações de altos níveis de desigualdade sem pobreza" (Perista e Baptista, 2010: 2). A exclusão social é muito mais abrangente e pode significar o afastamento das redes de relações sociais e pode constituir uma exclusão sistémica e inultrapassável à dimensão do indivíduo (Costa, 1998, 2012). Contudo, e contrariamente à ideia durkheimiana de que pode haver pobres socialmente integrados, importa referirque toda a pobreza deve ser perspetivada como uma das formas e dimensões extremas e flagrantes de exclusão social e de desigualdade social.

À medida que o pobre é reconhecido como tal, passa a ter mais oportunidades de assistência. É uma medida de inclusão que suscita dúvidas, uma vez que, ao se ser assistido, o pobre é reconhecido como possuindo incapacidade para prover às suas necessidades, pelo menos num determinado momento da sua vida (Castel, 1998), encontrando-se perante uma perda de cidadania e dignificação humana (Silva, 2008). Além disso, este processo pode acontecer a diferentes níveis, podendo o indivíduo estar incluído em determinados níveis e excluído a outros (Perista e Baptista, 2010).

Procedimentos de Recolha de Dados e Discussão dos resultados

Para a realização do estudo deque aqui apresentamos os resultados, foram utilizadas as metodologias quantitativa e qualitativa, tendo decorrido em três fases distintas: primeiramente procedeu-se à aplicação dos inquéritos por questionário, tendo sido efetuados 413 inquéritos a beneficiários de apoios sociais e clientes das diversas respostas sociais, de ambos os concelhosparticipantes nesta

investigação, de diversas faixas etárias e de ambos os sexos.

Num segundo momento, efetuaram-se 53 entrevistas semi-diretivas com vista à recolha do percurso de vida dos entrevistados, tendo como objetivo recolher histórias de vida que pudessem evidenciar o percurso de vida daqueles que têm recorrido aos apoios sociais de âmbito estatal, ao mercado e às instituições do terceiro sector. Por fim, realizaram-se 10 entrevistas semi-diretivas a técnicos de diferentes instituições, públicas e privadas mas com o apoio do Estado, com o objetivo de comparar com as opiniões e algumas das respostas dadas por parte daqueles que os acompanham no seu serviço, assim como com o objetivo de perceber com que tipo de constrangimentos, se têm deparado no desenvolver da sua ação enquanto técnicos.

Discussão dos resultados obtidos

A literatura é unânime no reconhecimento de que baixas qualificações escolares estão sistematicamente relacionadas com a condição de pobreza e exclusão social o que foi de encontro aos resultados obtidos pela investigação que aqui apresentamos, tendo-se verificado que 78,2% dos inquiridos no inquérito possuem um nível de escolaridade igual ou inferior ao 4º ano de escolaridade, verificando-se que a maior parte dos que não sabem ler nem escrever se encontram com 65 anos de idade ou mais, tendência que também se verifica na recolha biográfica. Em relação aos filhos, verificou-se uma evolução notoriamente positiva, com 12 pessoas a indicar a escolaridade dos filhos concluída com o 12º ano de escolaridade e 10 pessoas ainda têm os filhos em idade escolar. Realça-se que apenas duas das pessoas entrevistadas referiu ter filhos licenciados ou a frequentar o ensino superior. O que não nos traz qualquer surpresa uma vez que as próprias políticas de educação evoluíram neste sentido. Isto é, a obrigatoriedade da frequência do ensino não era a mesma para as pessoas idosas e mais jovens que foram entrevistadas.

A maior parte dos participantes possui entre 16 a 20 anos de experiência profissional, verificando-se que o sector agrícola é o

sector onde, predominantemente, exercem ou exerceram atividade profissional, tendo iniciado esta atividade muito jovens, sobretudo entre a população mais velha. Esta situação contribuía para o abandono e insucesso escolar, não havia valorização escolar. O mesmo acontecia com pelo menos um dos progenitores que trabalhou, ou ainda trabalha, no sector agrícola,alguns nunca conheceram outra profissão.

Conclui-se que a geração adulta e em idade ativa desenvolve atividade remunerada que permite a aquisição de mais bens e serviços. Os mais velhos consideram que hoje a vida dos seus filhos é, sem dúvida, uma vida melhor do que a que tiveram. Pode-se constatar que ao longo destas 3 gerações evoluiu o tipo de trabalho desempenhado, tendo como consequência positiva melhores condições de vida, de menor esforço físico, havendo quase na totalidade o abandono do trabalho agrícola. Contudo, isso por si só não significa uma vida melhor para a geração atual comparativamente às gerações anteriores.

Esse facto comprova-se para uma parte significativa das pessoas inquiridas uma vez que se encontram desempregadas, na sua maioria à procura de um novo emprego. São pessoas de todas as idadese, na sua maioria, desempregados de longa duração (há mais de 3 anos). Concluiu-se que os motivos que levaram ao desemprego foram primeiramente a cessação de trabalho, seguido da incapacidade para o trabalho, e em terceiro lugar a cessação de contrato laboral. Além destes, são indicados outros motivos pelas técnicas entrevistadas, como a própria opção por parte da mulher ou respetiva família para assumir a tempo inteiro os cuidados com os filhos; e a falta de competências pessoais e sociais destes indivíduos.

A esmagadora maioria dos inquiridos (83%) que usufrui de pensão, aufere de uma pensão entre os 301 e os 700€. Entre os que têm rendimento do trabalho, aproximadamente metade aufere de um valor inferior ao Salário Mínimo Nacional (530€ aquando a realização dos inquéritos). Observemos que 81.9% admite necessitar de recorrer a apoios sociais ou de familiares, mesmo após as transferências sociais. Concluiu-se, ainda, que parte dos sujeitos antes de usufruírem de pensão ou integrar uma resposta de apoio de carater

definitivo como ERPI, usufruiu de RMG/RSI. Portanto, um percurso de vida caraterizado pela situação de pobreza.

Outra conclusão que é possível retirar desta investigação é que aqueles que recorreram à prestação pecuniária do RMG ou RSI permaneceram na medida entre 1 a 5 anos (38%) aquando da realização dos inquéritos.Seguindo-se aqueles que permaneceram entre 6 a 10 anos (26,9%) e aqueles que permaneceram entre 11 a 15 anos na medida, com uma percentagem significativa (16.7%). Assim, constata-se que há casos em que crianças e jovens nunca conheceram outro tipo de rendimento dos seus progenitores ou cuidados legais. O mesmo acontece com outros graus de parentesco, ou seja, 115 inquiridos das diferentes faixas etárias, admite que têm alguém na família que usufrui ou já usufruiu de algum tipo de apoio social. Mais uma vez, o trabalho a realizar com estas famílias se revela fundamental para que se quebre o ciclo de pobreza e dependência dos serviços. As ações a realizar por parte das equipas técnicas no sentido do empoderamento das famílias tem vindo a ganhar cada vez mais relevo, mas insuficiente. Desde a primeira infância que o acesso a atividades extracurriculares e à formação não está acessível a todos de igual forma, condicionando a preparação daquele que um dia será adulto, e que não terá as mesmas oportunidades de emprego (A. F. Costa, 2012).

Além disso, os participantes desempregados, mesmo sem usufruir da prestação pecuniária de RSI, admitem já ter recorrido novamente ao pedido de apoios sociais após a sua cessação. Por exemplo, se inseridos no mercado de trabalho por um CEI+, chegando a frequentar 5/6 edições deste tipo de programas. Em suma, verifica-se que o risco do ciclo de pobreza se mantém, que acabam por voltar às medidas de apoio anteriormente conhecidas, aliás, as únicas que muitas vezes conhecem como forma de responder às suas necessidades e às da sua família, são indivíduos que esperam, mas desacreditam. Apesar do descrito, verifica-se que grande parte dos indivíduos refere estar conformado com a vida que tem, não que gostem, mas acabam por se resignar à condição em que se encontram, apesar de maioritariamente terem o desejo de exercer uma profissão e dispor de outras coisas na sua vida, como habitação pró-

pria. Verifica-se, ainda, que na sua maioria, apesar das dificuldades e vicissitudes com que se deparam, estes indivíduos nunca se sentiram excluídos socialmente por terceiros, sendo os próprios que em alguns casos se colocam de parte, se auto-excluem e autocriticam por não terem conseguido atingir outros objetivos.

Outro aspeto realçado é o facto de, maioritariamente, os usuários não se reverem numa lógica de "utilizador/pagador". Ou seja, conhecem bem os direitos, mas não tanto os deveres, sendo ainda um número residual que recorre aos serviços como forma de trampolim para mudar a sua vida e por perceber as vantagens dos serviços existentes. Este é um aspeto que deverá ser melhorado, uma vez que o objetivo de qualquer intervenção e política social em vigor é a autonomização do indivíduo e isso tem vindo acontecer com pouco significado em ambos os concelhos. Assim, as ações dos acordos de intervenção que constam como obrigatórias, como a procura de emprego e/ou formação, não necessitariam de possuir carater de obrigatoriedade. Pois conforme defende Torrado (1991), através do acesso à educação e à formação, a pessoa já em idade adulta poder-se-á tornar mais participativa, mais ativa, podendo ser esse o momento oportuno para demonstrar as suas potencialidades e ver reconhecidas e valorizadas as suas competências e habilidades. E esta tomada de consciência, é imperiosa ao processo de autonomização.

Nesse seguimento, reconhece-se que os técnicos têm tido um papel preponderante enquanto facilitadores no acesso aos apoios sociais e ao apoio generalizado de que os beneficiários/clientes necessitam. Apesar de ao longo dos anos as expectativas por parte dos técnicos de intervenção terem sofrido algumas alterações, concluiu-se que no essencial foram-se adaptando à realidade encontrada e aos problemas e situações que surgem diariamente. O principal constrangimento com que se deparam é a falta ou a escassez de recursos para apoiar as famílias/indivíduos. Até porque normalmente, o que leva os beneficiários a recorrerem a apoios sociais ou ao apoio das IPSS's é a situação de pobreza em que se encontram, a necessidade de suprimir as dificuldades financeiras com que se deparam, de fazer face a "necessidades pontuais e outras necessidades essenciais como a assistência a crianças e idosos" (técnica Ana). 7

das pessoas entrevistadas referiu estes motivos como os principais. Já mais direcionado para a procura das respostas sociais existentes, é indicada a falta de retaguarda familiar como o motivo que leva à procura de uma resposta social, sendo "normal" essa procura, por fazer "parte daquela etapa da vida daquela família" (técnica Elsa) ou para responder às "suas necessidades" no caso da população idosa (técnica Diana). Tornando-se difícil conseguir aquilo que é esperado pelas políticas e medidas de intervenção, isto é, todas as medidas com que os técnicos trabalham têm como objetivo estruturante proteger os mais vulneráveis e contribuir para o bem-estar e a justiça social, capacitando-os para as adversidades, indo ao encontro da diminuição das desigualdades e da emancipação dos indivíduos e famílias.

Outro aspeto estudado tem a ver com a articulação de medidas e de competências entre as entidades do sector público e do sector privado, sempre sob a supervisão do Estado e com apoios por parte do Estado. Para as participantes, esta dualidade deve-se sobretudo a motivos económicos, considerando que o sector privado implica menores encargos para o Estado, assim como será neste sector que as intervenções geram menos dependência por parte dos beneficiários/clientes. Não obstante, considera-se que o Estado deveria responsabilizar-se mais pelo trabalho da área social, mesmo delegando determinadas responsabilidades nas IPSS ou descentralizando as obrigações e competências que possui, através de um acompanhamento mais estrito do trabalho desenvolvido por essas entidades locais e sobre as quais tem responsabilidades. Na opinião das técnicas entrevistadas, e deve sublinhar-se que 9 em 10 trabalham em instituições do sector privado e do sector social, o trabalho desenvolvido pelas IPSS é mais vantajoso, havendo a necessidade de os apoios financeiros serem reforçados.

Assim, no que se refere às políticas vigentes, reconhece-se haver alterações significativas e importantes ao longo dos anos, contudo insuficientes e desajustadas da realidade, para uns, em particular em Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, concelhos que são aqui objeto de estudo, e por falta de aceitação das medidas propostas aos beneficiários/clientes, para outros. Pelo que deveria haver mais

concertação entre os diversos serviços de forma a uma intervenção mais adequada e individualizada para cada família.

Conclusão

Com este trabalho foi possível observar que houve sempre uma falta de oportunidades para parte dos participantes, mas também que nunca olharam para as oportunidades como sendo suas. Seria importante combater esta tendência, e em sede própria, os diferentes técnicos têm tentado fazer esse trabalho, no entanto, na maior parte dos casos sem sucesso. Há alterações positivas ao longo dos anos no que se refere ao aumento das qualificações escolares e das condições de vida nas gerações mais jovens comparativamente às gerações mais velhas, uma vida menos dura no que se refere ao tipo de trabalho desempenhado e condições na generalidade. Além disso, conclui-se que os apoios sociais de que usufruem os beneficiários nos diferentes momentos das suas vidas acabam por responder a necessidades pontuais, por contribuir para a melhoria de alguns aspetos, como por exemplo, ao nível das condições habitacionais ou a aquisição de algum equipamento doméstico essencial. Estas melhorias não devem ser desvalorizadas, pois ao melhorar as condições habitacionais consegue-se melhorias ao nível das condições de saúde e do bem-estar da família, contudo, a longo prazo não são verificadas alterações significativas, por exemplo, há a falta de inserção profissional efetiva.

De referir que os constrangimentos que os beneficiários encontram para a inserção profissional são de vária ordem, como a escassez de uma rede de transportes que facilite o acesso ao emprego e as baixas qualificações educativas, formativas e profissionais. Assim como a falta de valorização das competências adquiridas ao longo da vida, havendo a necessidade de "dotar" as famílias, de as "capacitar" com recursos internos que lhes permitam ultrapassar algumas dificuldades e bloqueios. Assim como é necessário adequar as respostas sociais existentes em ambos os concelhos às necessidades diagnosticadas, como o alargamento dos centros de dia e o tipo de

horário praticados, e a redistribuição geográfica do SAD, em concreto no concelho de Cabeceiras de Basto, e a sua reformulação como forma de permitir que efetivamente se apoie por mais tempo e mais qualidade as pessoas nos seus domicílios. Procurando sempre, respeitar a vontade da pessoa idosa na procura de respostas que melhor responda às suas necessidades, mas também àquilo que deseja e anseia para si.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da, e colaboradores (1994). *Exclusão Social, Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, 2ª Ed., Oeiras: Celta Editora.

CASTEL, R. (1990). Lessituations – limite duProcesus de Marginalsation: de la Vulnerábilité à la Desaffiliation, *in* HOVEN, R. e NUNES, M. H (Org) *Desenvolvimento e Acção Local*. Lisboa: Fim do Século.

COSTA, Alfredo Bruto da (1998). *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva Publicações.

COSTA, Alfredo Bruto da (Coord.) (2012). *Um olhar sobre a pobreza,* 4ª Ed., Lisboa: Gradiva Publicações, S. A.

COSTA, António Firmino (2012). Desigualdades Sociais Contemporâneas. Lisboa: Mundos Sociais.

FERNANDES, António Teixeira (2010). *Cidadania e Direitos Humanos*, Porto: Estratégias Criativas.

MARX, Karl (1976). *Sociedade e Mudanças Sociais,* Lisboa: Edições 70.

PAUGAM, Serge (2003). *A Desqualificação Social, Ensaio sobre a nova pobreza,* Porto: Porto Editora.

PERISTA, Pedro, BAPTISTA, Isabel (2010). "A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a acção", Fórum Sociológico [Online]: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - NOVA [disponível: https://journals.openedition.org/sociologico/165].

RAWLS, John (1993). *Uma Teoria da Justiça,* Lisboa: Editorial Presença.

SEN, Amartya (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*, Lisboa: Gradiva.

SILVA, Manuel Carlos (2008). "Desigualdade, pobreza e exclusão social: conceitos polissémicos", *in*, Alcides A. Monteiro e Fernando Bessa Ribeiro (Org.), *Redes Sociais, Experiências, Políticas e Perspetivas*, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

SILVA, Manuel Carlos (2009). "Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica", *in*, Configurações, 5/6: 11-41.

WEBER, Max (1972). *Economia e Sociedade,* Volume I, Basília: Editora Universidade da Brasília.

XIBERRAS, Martine (1993). *As Teorias da Exclusão, Para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.